

Reunião Ordinária de 04 de maio de 2020

Elaborada para cumprimento do disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 57.º da Lei
75/2013 de 12 de Setembro

Ata n.º 60

-----Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e vinte, reuniu a Câmara Municipal de Lousada, através dos meios digitais disponíveis para o efeito, de acordo com a nota informativa da DGAL referente à Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março - Medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, sob a Presidência do Sr. Presidente da Câmara **DR. PEDRO DANIEL MACHADO GOMES**, e Senhores Vereadores **DR. LEONEL DOMINGOS REIS VIEIRA DA SILVA, DR. MANUEL ANTÓNIO DA MOTA NUNES; CRISTÓVÃO SIMÃO DE OLIVEIRA RIBEIRO; DR. NELSON ÂNGELO COELHO OLIVEIRA EM VIRTUDE DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DO MANDATO APRESENTADO PELA DR. CRISTINA MARIA MENDES DA SILVA MOREIRA, DR. ANTÓNIO AUGUSTO DOS REIS SILVA, DR. SANDRA MARIA LEONOR PEREIRA DA SILVA**, com a presença da Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, Dr.ª Vânia Gabriela Esteves da Silva, que a secretariou. -----

-----Eram quinze horas e cinco minutos horas quando o Sr. Presidente deu como aberta a reunião.-----

I. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente da Câmara iniciou a reunião com a seguinte intervenção:-----

"Quero começar por fazer um ponto de situação sobre o COVID-19 e trago-vos um gráfico com a evolução da doença, onde se pode ver que nos últimos dias não houve nada de significativo a registar. Naturalmente que hoje já se nota que estão muitos estabelecimentos abertos, mas no funcionamento dos serviços públicos não se vai ainda notar muita diferença. Aqui na Câmara Municipal já estávamos a ter os cuidados necessários, sem tomarmos a medida mais gravosa de encerrar. De qualquer modo, reforçamos a prevenção. Fizemos uma nova entrada apenas para funcionários e dividimos a entrada geral em dois corredores,

1 } para que os utentes não se cruzem ao entrar e ao sair da Câmara. No serviço de atendimento já tínhamos colocado os resguardos de vidro e reduzimos a capacidade da sala de espera, colocando apenas seis cadeiras. Se a sala de espera estiver lotada, as restantes pessoas terão de aguardar no exterior, embora também não pretendo que as pessoas se juntem na entrada. Se isso vier a acontecer teremos de tomar outras medidas. Os funcionários que estão no atendimento têm todas as precauções necessárias e todo o equipamento de proteção individual e determinei a obrigatoriedade do uso de máscara nos serviços, sempre que o distanciamento não seja o desejável e sobretudo quando circulam nos espaços comuns em direção a outros locais de trabalho. Hoje já sentimos uma afluência maior, pelo que vamos monitorizando e se, entretanto, a afluência for demasiada teremos que tomar outras medidas, mas à partida, as coisas estão a funcionar devidamente. O feedback que as Juntas de Freguesia me deram em relação aos cemitérios é que estão a funcionar bem, não houve incidentes, apesar de todas as condicionantes”.

A Sr. Vereadora Dr. Sandra Silva colocou as seguintes questões:-----

“O Sr. Presidente tem noção de quantos testes estão a ser efetuados a pessoas do Concelho no centro de diagnóstico do COVID de Lousada?-----

Além da Santa Casa e da ACIP há mais alguma instituição que a Câmara está a auxiliar na realização de testes para o COVID 19?-----

Na sequência dos gráficos que apresentou, que são importantes, gostaríamos de dar uma sugestão, era importante fazer o mapeamento dos focos ativos no concelho, porque podíamos agir melhor a nível da prevenção e sensibilização à população.” -----

O Sr. Vereador Dr. Nelson Oliveira esclareceu o seguinte:-----

“Relativamente ao número de testes, podemos pedir essa informação, muito embora o interesse dos mesmos é relativo porque nunca temos uma noção exata se são os suficientes ou não. A informação que eu tenho é que agora não há as restrições que havia inicialmente. No início havia muitas dificuldades na realização dos testes, agora caminhamos cada vez mais nessa normalização.-----

Relativamente ao mapeamento, nós temos conhecimento das situações, embora não as podendo revelar, porque são os próprios que nos contactam a pedir ajuda e temos o dever de reserva relativamente a essa informação. A Comissão Nacional de Proteção de Dados emitiu uma orientação a alertar para que os Municípios não facultem esses dados, mesmo que sejam meros números, porque quando têm uma expressão pequena, numa freguesia pequena, facilmente identificamos quem são e, nessa orientação, dizem que não o devemos fazer.-----

Não devemos desacelerar em freguesia nenhuma a prevenção. A prevenção deve existir em todas independentemente de terem muitos ou poucos casos, porque o facto de não terem muitos casos hoje, não quer dizer que daqui a umas semanas não venham a ter muitos casos.” -----

A Sr. Vereadora Dr. Sandra Silva questionou o seguinte:-----

“Eu referia-me a uso interno, para termos uma noção.-----

Também me chegou a informação que poderia haver um caso positivo na ACIP, têm algum conhecimento dessa situação?-----

O Sr. Vereador Dr. Nelson Oliveira esclareceu:-----

"Houve um caso positivo de uma funcionária da ACIP que não estava ao serviço. Todos os testes que foram feitos, quer na Santa Casa, quer na ACIP deram negativos. Como, de sete em sete dias, mudavam de equipas, uma funcionária da equipa que estava em casa há algum tempo foi testada positivo e não chegou a ir trabalhar. Por cautela, a Autoridade de Saúde pediu a todos os funcionários que fizessem novos testes e todos eles deram negativo, essa situação foi devidamente acautelada.-----

Relativamente ao número de casos, só sabemos os que entraram em contacto connosco na linha de apoio municipal ao doente com COVID, dos números totais da DGS, 83% dos doentes com COVID entraram em contacto connosco. Estão a ser apoiadas 108 famílias, 25% dos doentes já estão recuperados, 8,9% dos doentes estiveram internados, neste momento estão 2 pessoas internadas, mas estáveis."---

A Srª. Vereadora Drª. Sandra Silva prosseguiu:-----

"Reitero a importância de se fazer testes aleatórios ao Bombeiros, uma vez que é um grupo de risco e faz uma prestação de socorro."-----

O Sr. Presidente esclareceu:-----

"Provavelmente nos próximos dias vamos fazer testes a onze bombeiros que estão de quarentena. O facto de estarem de quarentena dispensaria, por si só, a realização dos testes, mas tivemos uma reunião com o Sr. Comandante e o Sr. Presidente e ficamos de ponderar melhor, ainda assim, a possibilidade de fazer os testes a meio da quarentena."-----

O Sr. Vereador Dr. Leonel Vieira questionou o seguinte:-----

"No dia 30 de maio o Sr. Presidente fez um despacho com um conjunto de medidas. No essencial estamos de acordo com todas elas. No caso do tarifário de água e saneamento teríamos ido mais além, a exemplo das duas propostas que colocamos já em reuniões anteriores, a título de recomendação e dizer-vos que atualizar o tarifário das famílias numerosas para os restantes consumidores domésticos é sempre positivo, é sempre uma das formas de ajudar as famílias de Lousada, no entanto parece-me muito pouco. Na nossa proposta também prevíamos a redução de 50% na fatura da água, do saneamento e dos resíduos sólidos e urbanos."-----

O Sr. Presidente esclareceu ainda:-----

"Como disse, e bem, a proposta vai ser objeto de agendamento para a próxima reunião e depois teremos oportunidade de falar sobre ela, no entanto, já que falou no assunto, acho que não é uma proposta pouco ambiciosa, é aquilo que é possível. A vossa proposta tinha um encargo financeiro que não é possível acomodar, não é possível reduzir para metade aquilo que é a receita mensal. Queria dar nota que a ERSAR emitiu uma orientação, porque é público que as entidades gestoras estão a tomar iniciativas neste domínio, donde consta que sempre que os Municípios tomarem medidas para acudir a esta crise devem ser muito cautelosos ao fazê-lo, sopesando os encargos que isso vai ter no sistema, por um lado, e sendo que todas essas medidas devem ser transitórias, apontando para

17
uma vigência de dois meses ou sessenta dias após o término do estado de emergência, daí a nossa proposta incidir nos meses de abril, maio e junho.-----

A ERSAR informou ainda que essas alterações nos tarifários devem ser previamente aprovadas por aquela entidade, pelo que a nossa proposta já foi enviada para ser validada. Na próxima reunião teremos a oportunidade de falar melhor sobre este assunto. "-----

O Sr. Vereador Cristóvão Ribeiro fez a seguinte intervenção: -----

"Em relação ao COVID 19, queria dizer ao Sr. Presidente e demais Executivo que nós, Vereadores do PSD estamos solidários com as medidas de contenção que têm sido levadas a cabo e aquilo que eu quero é que o Sr. Presidente não tire o pé do acelerador nessas medidas porque julgo que estão, lentamente, a dar frutos positivos e agora não podemos acabar por morrer na praia, neste combate que nos deve unir a todos. Por um lado, queria elogiar e pedir para que todos consigamos manter esta firmeza.-----

A minha principal intervenção tem que ver com um assunto que nos está a preocupar muito e julgo que também à maioria dos Lousadenses, e, porventura, ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Vereador do Ambiente, Dr. Manuel Nunes, refiro-me a todos os relatos que nos foram chegando, quer pelas redes sociais, quer por cidadãos do concelho de Lousada e que dizem respeito ao depósito de contentores de lixo, provenientes de Itália no aterro sanitário da RIMA. Queria questionar ao Sr. Presidente da Câmara que acompanhou todo o processo de licenciamento dessa Empresa, na altura, enquanto vereador do ambiente, e acompanhou toda a evolução do que ali se passava no anterior Executivo, quer ao Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes que é membro do Conselho de Administração da RIMA, se sabiam da situação e se sabem exatamente o tipo de material que ali está a ser depositado?-----

O Sr. Presidente teve a oportunidade de dizer que não era conhecedor, ao certo, do tipo de material que ali estava a ser depositado. O que gostava de perguntar quer ao Sr. Presidente quer ao Sr. Vereador é, se à data de hoje, têm conhecimento da perigosidade dos resíduos provenientes de Itália que ali estão a ser depositados?-----

No âmbito de atuação e de tratamento de resíduos da própria RIMA e dentro daquilo que a empresa pode tratar ou processar, conseguimos identificar dez ou onze tipos de lixo que podem ser potencialmente perigosos. Gostava de saber se os resíduos que estão a ser depositados no aterro e estão a causar este alarme social, se se enquadram, ou não, nestas subcategorias que estão enunciadas no âmbito de atuação da RIMA e que passo a citar:-----

- Resíduos da indústria do couro e indústria têxtil;-----
- Resíduos da refinação de petróleo, da purificação do gás natural e do tratamento pirolítico do carvão;-----
- Resíduos do FFDU de sais e suas funções e óxidos metálicos;-----
- Resíduos FFDU produtos e processos químicos do azoto e do fabrico de fertilizantes;-----

- Resíduos do fabrico, formulação, distribuição e utilização de revestimentos, tintas, vernizes, esmaltes, colas, vedantes e tintas de impressão;-----
- Resíduos da indústria do ferro e do aço;-----
- Resíduos da pirometalurgia do alumínio;-----
- Resíduos da pirometalurgia do chumbo;-----
- Resíduos da pirometalurgia do zinco;-----
- Resíduos da pirometalurgia do cobre; e-----
- Resíduos da fundição de peças ferrosos.-----

Eu queria perceber se à data têm conhecimento ou um conhecimento mais profundo, se estamos a falar de lixos no âmbito desta atuação ou de lixos dados como mais perigosos que os demais.-----

Queria dizer, frontalmente, aquilo que disse publicamente e dizer ao Sr. Presidente e ao Sr. Vereador, é certo que Lousada, também para regozijo nosso e com o nosso aplauso, tem sido um Município premiado na área do ambiente, e bem, mas sabemos que Portugal, no seu todo, tem sido um mercado apetecível para o tratamento de determinados resíduos como estes que tememos estar a ser importados de Itália, pela própria taxa que é aplicada no seu tratamento. Aquilo que queria deixar de ressalva é que não queria que agora, quer enquanto Vereador quer enquanto Município, que de certa forma senti um orgulho especial por aquilo que Lousada foi tendo em termos de reconhecimento de política ambiental, agora sujássemos toda esta pintura com algo que pode ser perigoso para a saúde pública dos Lousadenses.-----

Para terminar queria ainda dizer o seguinte:-----

O Sr. Presidente aceitou a constituição de uma Comissão de Acompanhamento a este Aterro Sanitário, gostaríamos de indicar para a Comissão Técnica de Acompanhamento um representante da Quercus, um representante da Zero e um representante da Geota.-----

Nós Grupo de Vereadores do PSD mantemos a nossa proposta e não abriremos mão dela, de que as Juntas de Freguesia possam indicar um representante para essa Comissão mas queria esclarecer que não é nossa intenção que seja um representante político, não é isso que está em causa, aquilo que nós queremos é que, à semelhança daquilo que acabei de fazer, em nome dos Vereadores do PSD também as juntas de freguesia possam indicar alguém da sua confiança que possua o currículo académico técnico para que possa integrar uma comissão desta natureza.-----

O Sr. Presidente fez os seguintes esclarecimentos:-----

"Antes de mais, queria congratular-me pelo facto de o fim-de-semana ter feito bem ao Sr. Vereador. Este registo sério que está a ter hoje, não foi, infelizmente, o mesmo registo que teve na entrevista que deu ao jornal O Louzadense e que foi lamentável.-----

Relativamente àquilo que acabou de dizer, eu, enquanto Vereador do Ambiente, tive a oportunidade de acompanhar o funcionamento daquele aterro mas, quando entrei em funções ele já estava implementado, já estava a funcionar. De qualquer modo, como é público, nunca houve registo de incidentes ou incomodidades naquele aterro, mesmo de odores e muito menos de lixiviados.-----

Enquanto Vereador do Ambiente participei nas diversas comissões de acompanhamento e foi sempre esse o registo em todas as visitas àquele aterro e houve sempre um reconhecimento unânime de todos os membros dessas comissões e o feedback que tenho agora do Dr. Manuel Nunes é no mesmo sentido.-----

Foi com muita surpresa que eu próprio e o Sr. Vereador recebemos a notícia de que estavam a ser depositados no aterro resíduos importados do estrangeiro. É evidente que não admito sequer a possibilidade de aqueles resíduos serem perigosos, atendendo ao facto de aquele aterro estar licenciado apenas para resíduos não-perigosos. A partir do momento em que tivemos a notícia da importação de resíduos solicitamos de imediato esclarecimentos à RIMA e a resposta que obtivemos, e que já vos transmitimos, foi de que se trata de resíduos banais, sem qualquer perigosidade e que são o refugo das unidades de tratamento mecânico-biológico. Basicamente são unidades que fazem uma separação mecânica dos recicláveis, que retiram aos resíduos domésticos aquilo que é material com potencial reciclável, e retiram também a carga orgânica para fazer composto, e depois há um refugo que tem de ser eliminado, quer seja através da incineração, quer seja pela deposição em aterro. Essa informação foi-nos confirmada pelo Ministério do Ambiente.-----

Quando fui entrevistado pelo Correio da Manhã esclareci que não era conhecedor, até ao dia 28 de abril, de que estavam a ser depositados resíduos importados de Itália ou de onde quer que seja e disse ainda que, pelas informações entretanto recolhidas, se tratava de resíduos não perigosos.-----

Esse aplauso que hoje aqui deu à política ambiental que o Município tem vindo a levar a cabo não foi o mesmo aplauso que o Sr. Vereador deu na entrevista ao referir que não queria acreditar que esta estratégia do Município fosse uma cortina de fumo para desvanecer aquilo que de grave, porventura, se poderia estar a passar na RIMA. A postura que hoje está a ter, de responsabilidade, devia-a ter tido também na entrevista.-----

Relativamente à questão da Comissão Técnica Independente, nessa entrevista o Sr. Vereador lamentou o facto de termos excluído as Juntas, mas faltou à verdade. Nós não quisemos excluir as Juntas. A proposta que fez hoje parece-me muito bem, e é uma coisa bem diferente, que é permitir que as Juntas possam indicar especialistas com currículo. É obvio que não podíamos constituir uma Comissão com técnicos altamente especializados e com políticos porque isso seria adulterar o espírito das comissões técnicas especializadas.-----

Queria ainda dar nota que fiquei muito chocado com as expressões que o Sr. Vereador usou nessa entrevista para a qual me alertaram e tive a oportunidade de ouvir na íntegra. O Sr. Vereador disse que das duas uma, ou eu sou mentiroso e já sabia, ou então é incompetência da minha parte por não saber. Eu posso ter, seguramente, alguns defeitos, mas mentiroso não sou, nem nunca fui, e também não sou incompetente. Mentiroso foi o Sr. Vereador naquela entrevista. Lamento esse dia que, porventura, lhe correu mal e registo esta evolução desse dia para hoje, e vou dar nota de outros exemplos em que o Senhor Vereador não foi verdadeiro.-----

Disse que eu demorei dois ou três dias a responder à oposição e eu nem 24 horas demorei a responder aos dois email's que a oposição me fez chegar.-----

Disse que não eram resíduos urbanos quando já lhe tinha sido dito o contrário. Posso acrescentar que para além de me ter ligado, o Sr. Ministro do Ambiente enviou-me, entretanto, informação no sentido de que são resíduos urbanos sem qualquer perigosidade.-----

Disse que Lousada aceitou lixo que Valongo rejeitou. Em primeiro lugar, não aceitamos coisa nenhuma, porque fomos confrontados com essa notícia como vocês, para além de que os casos de Lousada e Valongo são muito diferentes. Em Valongo há um problema grave de incomodidade e houve uma grande contestação popular motivada pelo cheiro dos resíduos que lá estão a ser depositados e pela informação que eu tenho é que, apesar dessa contestação, o lixo continua a ser depositado lá. Tive a oportunidade de falar com o Sr. Ministro e ele deu-me nota que em janeiro deste ano o Ministério fez um despacho para proibir a receção de resíduos importados, mas que haverá ainda algumas autorizações do ano passado que ainda estão em vigor.-----

O Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes foi nomeado pela Câmara para o conselho de administração em julho de 2019 e o contrato que a RIMA celebrou terá sido assinado em janeiro de 2019.-----

Amanhã vou ter uma reunião com o Conselho de Administração da RIMA para ver quais são as soluções para este processo. Ninguém ficou mais irritado do que eu próprio com este assunto. Na administração anterior falaram-me nessa possibilidade e eu disse-lhes para nem pensarem no assunto. Fiquei muito desiludido e irritado com a situação porque aquele aterro quando foi concebido não foi, de maneira nenhuma, para receber lixo do estrangeiro. Por outro lado, tive a oportunidade de dizer ao Sr. Ministro do Ambiente que é um absurdo este processo. Se os Municípios estão a ser fortemente penalizados pela deposição em aterro, através da taxa de gestão de resíduos, como é que se pode permitir que essa quota limitada que existe nos aterros nacionais possa ser preenchida por lixo vindo do estrangeiro?-----

Disse ainda o Sr. Vereador que empurrei o assunto da Comissão Técnica e que só num segundo momento é que aceitei, mas com a condição dos Srs. Presidentes de Junta não participarem nela. Ora, seguramente que não teria qualquer sentido os Srs. Presidentes de Junta integrarem essa comissão e vocês próprios também chegaram a essa conclusão e hoje o Sr. Vereador está a propor uma coisa completamente diferente que é permitir que as juntas de freguesia possam indicar especialistas na área e isso parece-me muito bem!-----

O Sr. Vereador também afirmou que o Dr. Jorge Magalhães disse numa entrevista que não estava previsto o aterro sair de Lousada tão cedo. Isso também não é verdade. Eu estive a ler a entrevista que o Dr. Jorge Magalhães deu ao jornal O Louzadense em 28 de maio de 2019 e, à questão se o aterro de Lustosa será encerrado daqui a três anos, ele respondeu o seguinte: "Este aterro ainda tem um espaço de deposição vai caminhar muito rapidamente para a sua incapacidade de receber resíduos, mas sim, dá para mais uns dois ou três anos". Ele não disse que o aterro não ia tão cedo sair de Lousada. Ele referiu um determinado horizonte temporal, muito embora, como sabem, esse horizonte temporal está sempre

dependente de fatores externos, nomeadamente do facto de produzirmos muitos ou poucos resíduos, ou se fazer muita ou pouca separação.-----

Como se não bastasse, o Sr. Vereador ainda disse que o Executivo Socialista tem ganho dinheiro à custa do depósito do lixo e isso, Sr. Vereador é mesmo muito, muito grave! Adianto-lhe já que outra pessoa no meu lugar já teria feito uma participação crime. Acho que o Sr. Vereador esteve muito mal nessa e noutras afirmações que fez na entrevista. Acho que este assunto, como outros, devia ser razão para estarmos unidos, porque vocês, seguramente, não querem mais do que nós o melhor para o concelho. Nós fomos eleitos para isso. Acho lamentável este tipo de afirmações e deixaram-me muito desiludido com o Sr. Vereador. Terminei dizendo-lhe que registo com muito agrado a diferença na forma de estar relativamente a essa entrevista para aquilo que hoje disse na reunião de Câmara."

A Sr.ª Vereadora Dr.ª. Sandra Silva:-----

"O Sr. Presidente ou o Sr. Vereador sabem dizer quantas toneladas de lixo vão ser depositadas? Falaram em cerca 900 toneladas, isso corresponde a um, dois, três meses?-----

A RIMA não teve nenhum lucro com esse lixo, está dentro da quota nacional exigida àquele aterro?"-----

A esta questão o Sr. Presidente respondeu o seguinte:-----

"Sobre a quantidade de lixo recebido, oportunamente vamos dar esses dados concretos, bem como o tipo de resíduos, a sua caracterização, para que não haja qualquer dúvida. Já vos transmitimos que pedimos informação detalhada à Agência Portuguesa do Ambiente, à Comissão de Coordenação e à Inspeção Geral do Ambiente, pelo que logo que tenhamos esses dados vamos partilhar convosco. Aliás, a Comissão Técnica vai precisar de toda essa informação.-----

As quantidades de deposição em aterro estão nos relatórios anteriores, de qualquer modo, não posso dizer neste momento quantas toneladas foram depositadas porque não sei.-----

O próprio Ministro disse-me que relativamente àquilo que foi autorizado até janeiro, Portugal recebeu quarenta e tal por cento, mas não quer dizer que no caso de Lousada a percentagem seja a mesma, logo que tenha esses dados partilho convosco.-----

Lucro, seguramente que teve, porque a RIMA é uma empresa e as empresas visam o lucro, mas mais importante do que isso é que é um perfeito absurdo enviar para outro país resíduos que deviam ser tratados na origem. Se fosse, por exemplo, para alimentar uma central térmica ou elétrica já me parecia bem e é isso que fazem os países mais evoluídos. No caso em concreto, sendo o refugo de resíduos urbanos o que fazia sentido era serem incinerados em Itália ou depositados em aterros daquele país. Isso não acontece porque compensa enviá-los para Portugal e isso é lamentável."-----

Sr. Vereador Cristóvão Simão acrescentou:-----

"Não vou comentar exhaustivamente aquilo que o Sr. Presidente teceu como comentários àquilo que eu disse numa entrevista, contudo, acho que há três ou quatro coisas que gostava e tenho que dizer ao Sr. Presidente:-----

17 @

Em primeiro lugar, ainda bem e congratulo-me com isso, que o Sr. Presidente, tal qual nós, considere um absurdo a receção de lixos oriundos de outro País, sejam de onde for, para o aterro de Lustosa.-----

Em segundo lugar, o Sr. Presidente disse que nunca houve registos de incidentes com aquele aterro, ainda bem, mas nunca houve, até à data relatos de depósitos de lixo provenientes de outro país e com este alarme social. Aquilo que fizemos foi uma espécie de intervenção profilática, preventiva e que antes que possa acontecer alguma coisa se verifique o teor daquilo que lá está a ser depositado, até como forma de pôr fim ao alarme social, que é um dever de quem governa, isto leva-me a uma pergunta:-----

O Sr. Presidente, à data, com os dados que tem consegue-me garantir a não perigosidade daquilo que lá está a ser depositado vindo de Itália?-----

Sr. Presidente, eu não digo uma coisa pela frente e faço outra por detrás, faço-o de boa fé e com sinceridade, o que lhe digo e digo-o perante todos, e reitero, o Sr. Presidente já disse que não sabia e eu faço fé nas palavras do Sr. Presidente, nunca lhe chamei mentiroso, aquilo que eu disse antes e assumo a posição é que se o Sr. Presidente não sabia isto seria uma negligência e eu não consigo deixar de considerar uma negligência não saber que quantidades de lixo internacional estavam a ser depositadas em Lousada, desconhecendo-se o teor e dizendo o Sr. Presidente que sabia eu considero uma negligência, não lhe chamei coisa nenhuma, aliás, sempre mantive o clima de urbanidade que nos deve pautar.-----

Há duas ou três coisas que também reitero, eu quando disse que não quero acreditar que de forma alguma, estava a ser sincero, eu não acredito que tendo a Câmara uma política ambiental isto fosse, segundo relatos que nos chegaram, uma espécie de manobra de diversão.-----

Em relação à questão que o Sr. Presidente refere que qualquer outra pessoa passaria a interpor uma ação crime, o que digo é que o Sr. Presidente acabou de referir metade daquilo que eu lhe ia dizer, o Sr. Presidente disse que a RIMA é uma empresa que tem fins lucrativos, estamos de acordo, sendo o Município acionista ainda que de uma pequena parte, tem lucros.”-----

O Sr. Presidente clarificou o seguinte:

“O Sr. Vereador referiu o Executivo, não disse o Município, faz toda a diferença.”

Sr. Vereador Cristóvão Simão adiu:-----

“Nesse caso, Sr. Presidente corrijo a mão e emendo a mão, digo o Município, que é Governado pelo Partido Socialista, seguindo uma linha de política ambiental coerente, que tem dados frutos positivos, não pode estragar a pintura estando o Município a lucrar com uma atividade deste género, e quero eu dizer que, depois disto tudo, se isto fosse acontecer e admito que não seja esse o propósito, reitero, ficaríamos todos muito mal na fotografia.-----

Queria dizer ainda, o Sr. Presidente acabou por referir outro assunto, o aterro da Ambisousa, quero dizer apenas, para que fique registado, e já o dissemos muitas vezes, este aterro, segundo o Sr. Presidente tem um hiato temporal de validade, e que já foi prolongado algumas vezes, aquilo que queremos dizer é que desta seja mesma a ultima vez e quando se esgotar a capacidade de armazenamento e aquilo que é a amortização dos investimentos que lá foram feitos este possa ser,

efetivamente, encerrado porque creio que é a altura e deve ser outro Município, à luz da rotatividade que deve imperar, a proceder ao tratamento destes resíduos e não seja sempre Lousada o Município penalizado nesta mesma resposta.”-----

O Sr. Vereador Dr. Leonel Vieira acrescentou:-----

“Esta questão dos resíduos é um assunto grave se vier a provar-se que os resíduos são materiais perigosos. Obviamente que isto atingiu um alarme social até pela forma como apareceu e pela dimensão de contentores que estavam à espera para entrar no aterro da RIMA e daqueles que ainda virão. O alarme social é ainda maior se formos ao Google e pesquisarmos notícias sobre o tráfico do lixo. Em Itália quem controla o lixo é a máfia Italiana, sabendo nós que o lixo que está a ser depositado no aterro da RIMA é proveniente de Salerno a preocupação é ainda maior para todos nós. E, de facto, é importante que se investigue e se analise que tipo de resíduos estão ali a ser depositados. Há responsabilidade de quem? Obviamente que a responsabilidade primeira é da RIMA e das pessoas que compõem os seus órgãos, e o próprio Município tem responsabilidades. O Sr. Presidente dir-me-á que não sabia de nada, acredito! -----

Está em causa outra questão, a saúde das pessoas que ali vivem próximo e ainda o bom nome do Município, porque todos concordamos que o Município tem feito um esforço de dar uma imagem e em feito coisas positivas na área do ambiente, não venham agora, sujar a pintura, com esta questão e com a forma como está a ser tratada.-----

Nós nunca propusemos a presença dos Presidentes de Junta na Comissão de inquérito, mas sim, representantes das juntas de Sousela e de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão). -----

Para terminar, se se concluir que aqueles resíduos são nocivos para a população não resta outra solução ao Município se não exigir a remoção daqueles resíduos e encerrar o aterro. Se assim for, o aterro não merece a nossa credibilidade e tolerância para continuar.-----

Sabemos que os acionistas da RIMA, na prática são duas entidades, é a Câmara com uma pequena quota, a Mota Engil e a SUMA que é da Mota Engil e a IDAMBI. Quem é a IDAMBI, quem são os seus acionistas, sei que é uma empresa sediada no Porto, mas não se conhece atividade. Como é que a IDAMBI apareceu neste processo?-----

Qual é a ligação do Eng^o. Manuel Fonseca Almeida e do Eng^o. Carlos Martins que foi secretário de Estado do Ambiente com a RIMA e o aterro da RIMA?”-----

O Sr. Vereador Manuel Nunes prestou os seguintes esclarecimentos:-----

“O Sr. Vereador Simão Ribeiro colocou diretamente as questões ao Sr. Presidente e a mim pelo que gostaria de acrescentar ao que o Sr. Presidente disse o seguinte: Em primeiro lugar, obviamente que se tivéssemos tido conhecimento desta situação há mais tempo, há mais tempo teríamos tomado as medidas que imediatamente tomámos assim que a notícia nos chegou que, para além de passarem por solicitar os devidos esclarecimentos à empresa e o fim imediato da deposição dos resíduos, passaram por solicitar a todas as entidades com responsabilidade na matéria, as ações de fiscalização e o envio, à Câmara Municipal, dos resultados das mesmas.-----

Depois, como o Sr. Presidente já referiu, fui nomeado para o Conselho de Administração da empresa a 15 de julho de 2019, sendo os procedimentos da empresa no sentido de autorizar esta importação, bem como o contrato, datados de janeiro de 2019. Recordo, que nessa mesma reunião de 15 julho, foi aprovado por unanimidade o Relatório e Contas da empresa de 2018, nada constando nele sobre estas matérias. Aliás, pelo contrário, o que aparece é uma série de elementos com a discriminação dos valores relativos à panóplia dos resíduos que então foram colocados em aterro, e todos eles correspondem às tipologias de não perigosidade que o aterro está autorizado a receber. O Município de Lousada é reconhecido pela ambiciosa e inovadora estratégia e praxis ambiental que tem vindo a implementar e na qual milhares de cidadãos de Lousada se revêm, a julgar pelo nível de envolvimento anual nas mais diversas iniciativas que promovemos. É uma matéria consensual, creio eu, e que nos envolve a todos, não apenas o executivo, não o PS ou o PSD, mas a sociedade civil em geral. Não faz, por isso, qualquer sentido que se possa, sequer, suspeitar que à segunda-feira procedamos num sentido e à quinta noutra direção qualquer. A nossa estratégia ambiental é uma e pública e não nos desviamos dela a pretexto do que quer que seja.-----

Aliás, no que respeita à ação do Município em matéria de boas práticas de gestão de resíduos, é público e internacionalmente reconhecido o seu papel pioneiro. Decorrente desta realidade fomos, no final do ano passado convidados por um consórcio internacional do projeto OptiWaMag financiado pelo programa INTERREG, da União Europeia, de modo a replicar projetos piloto já em curso no nosso território, como acontece com o largamente conhecido projeto Lixo Sustentável, que visa inverter o sistema PAYT, isto é Pay as you throw, para o sistema RAT, Receive as you throw. Aliás, há escassos meses reunimos na Casa das Videiras um painel de especialistas nacionais nesta matéria onde tivemos oportunidade de ver enaltecido o papel que o Município, e a seu trabalho direto com os cidadãos, empresas e instituições sem fins lucrativos, na mudança de paradigma relativamente aos níveis de separação e de reciclagem, onde claramente somos líderes na região do Vale do Sousa, ultrapassando já as metas estabelecidas no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos. E, como se isso não fosse, por si só, assinalável e a evidência do comprometimento do Município em matéria de gestão de resíduos, fomos convidados em fevereiro para, em Bruxelas, e ao mais alto nível, apresentar não apenas o Projeto de Lixo Sustentável, mas também a estratégia Municipal para o Ambiente, sendo Lousada destacado como um dos dez Municípios mais inovadores nesta área. -----

Portanto, neste quadro, era o que mais faltava que se pusesse em causa o empenho, a orientação e a ação do Município em matéria ambiental e de gestão e resíduos e que, seja em que circunstâncias fossem, pudéssemos pactuar com a receção de resíduos provenientes de fora do país, com destino a um aterro em terras de Lousada.-----

O tráfego internacional de resíduos, como o Sr. Vereador Leonel Vieira referiu é, certamente, um problema em Itália, mas o comércio internacional e legal de resíduos é um problema muito maior e de âmbito global. O comércio legal, que é o que temos em mãos com esta situação, atinge não apenas Lousada, mas infelizmente outros aterros em outras regiões do País. -----

17

Por isso, no ano que dedicamos à Ação Climática e em que visamos, não apenas a redução da pegada carbónica do Município, mas envolvemos a sociedade civil nos mesmos desígnios, não aceitamos, seja em que circunstâncias for, que por via do comércio internacional de resíduos, e em contraciclo com todas as boas políticas e práticas ambientais em curso em Lousada, se possa agravar a pegada ecológica transportando toneladas de resíduos ao longo de milhares de quilómetros por via terrestre e marítima com destino a aterro. Que fique claro que aquilo que os senhores vereadores dizem e aquilo por que pugnam é, exatamente, o que nós dizemos e aqui reiteramos: a importação de resíduos para depositar em aterro não é aceitável, é absurda e é irracional do ponto de vista ambiental, mais a mais quando conflitua tão abertamente com a estratégia ambiental do Município que, todos concordam, nos tem unido.”-----

O Vereador Dr. Leonel Vieira acrescentou:-----

“O Vereador Simão Ribeiro elencou um conjunto de resíduos que a RIMA está a aceitar, aliás, se verificarmos no site da RIMA vemos o tipo de resíduos que esta pode aceitar para aterro, há um que me causa espécie, são os resíduos da pirometalurgia do chumbo.”-----

Perante as questões suscitadas o Sr. Presidente esclareceu ainda o seguinte:---

“Nós estamos de acordo, exceto na forma como o Sr. Vereador Cristóvão Ribeiro direcionou a entrevista e que nada contribuiu para o bom nome do Município e para pôr fim ao alarme social, antes pelo contrário. Foi o Sr. Vereador, porque não foi claro, nem verdadeiro, que pretendeu criar a dita cortina de fumo de um processo supostamente obscuro e de uma quase confirmada perigosidade e isso é que não havia necessidade e é inaceitável. O que é suposto fazer quando somos responsáveis é inteirarmo-nos daquilo que está a acontecer e depois de ter dados objetivos, concretos e fidedignos tirar então conclusões, porque as pessoas, sobretudo as menos esclarecidas, naturalmente ficaram com a suspeita de que algo de muito mau estava a acontecer. Temos de ter muito cuidado a esse nível se não queremos contribuir para o alarme social e para o mau nome do Município. E isso depende da forma como dizemos as coisas.”-----

Queria dizer ainda que toda a documentação que temos, inclusive do Ministério do Ambiente, garante-nos que são resíduos não-perigosos. Vamos aguardar pela informação detalhada das autoridades oficiais, da Inspeção Geral do Ambiente, da APA e da CCDR-n e depois poderão consultar todo o processo.

Em relação à dita negligência, se alguém foi negligente foi a RIMA, não fui eu, porque a RIMA tinha o dever, ainda que moral, de nos informar e não o fez. Amanhã vou manifestar esse descontentamento e desconforto ao atual Administrador da RIMA. Este incidente leva-nos a questionar se tem sentido pertencer ao Conselho de Administração. Os estatutos são semelhantes a outros estatutos de sociedades anónimas, e basicamente não precisam de nós para nada, porque com dois administradores decidem tudo. No caso em concreto, na altura em que esse contrato terá sido feito, nós não estávamos no Conselho de Administração, mas se estivéssemos podiam ter feito o contrato à nossa revelia com

a assinatura de apenas dois administradores. Este é um assunto para sopesar e equacionar com mais calma.-----

Em relação à referência ao "Executivo" eu não queria acreditar que fosse de outra forma e percebo que o Sr. Vereador não quis dizer os membros do Executivo, mas o Município. No entanto, o Sr. Vereador tem formação jurídica e tem obrigação de saber que os conceitos são bem diferentes. Não gostei nada daquela afirmação que fez, mas acredito que não tenha sido intencional.-----

Relativamente à IDAMBI, aquilo que eu sei é que essa empresa foi desde o início da constituição da TRATOSER um dos sócios e que eu saiba o Eng.º Carlos Martins nunca pertenceu à IDAMBI, pelo menos no processo inicial, quem pertencia eram dois Professores da Faculdade de Engenharia do Porto, o Professor Fonseca Almeida e o Professor Carlos Costa.-----

A criação da TRATOSER foi aprovada, por unanimidade, quer na reunião do Órgão Executivo quer na sessão da Assembleia Municipal, e creio que na altura a IDAMBI já fazia parte.-----

Relativamente ao encerramento do aterro da Ambisousa, já o disse e não me canso de repetir, só por cima do meu cadáver é que haveria mais ampliações no aterro da Ambisousa. Isso está fora de causa. A capacidade que existe é aquela que lá está e acabando haverá outra solução fora do nosso concelho. Estamos a trabalhar em todas as frentes para nos prepararmos para o dia do encerramento do aterro da Ambisousa.-----

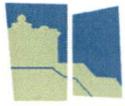
Relativamente aos resíduos que o Dr. Leonel referenciou, o nome é pouco sugestivo, pirometalurgia do chumbo, mas se podem aceitar resíduos com essa origem é porque se trata de resíduos não perigosos.-----

O Município não está a lucrar, o Município fez um acordo que foi aprovado pela Câmara quando se extinguiu a TRATOSER, e que prevê o pagamento de uma compensação pelas externalidades. Não é propriamente lucro, porque seria ínfimo pela exígua participação social."-----

O Sr. Vereador Cristóvão Ribeiro voltou a pedir para intervir:-----

"O Sr. Presidente tocou num assunto e questionou se faria sentido ou não que o Município se mantivesse no Conselho de Administração da RIMA, embora isto mereça uma maior reflexão, o que lhe posso dizer, da minha parte, é que sim, apesar do Sr. Presidente referir, e bem, que não precisam da Câmara para celebrar qualquer contrato porque os outros dois sócios fazem-no sem a intervenção da Câmara, acho que é um mecanismo importante a Câmara estar presente neste Órgão de Administração, quanto mais não seja, profilaticamente e para poder acompanhar, de uma forma mais presente, aquilo que lá se passa, acho que o Município não deve abdicar dessa participação.-----

Em relação a tudo o resto o que disse na minha intervenção, ainda há pouco, quero dizer que não retiro nada do que disse, compreendo perfeitamente o que o



Sr. Presidente disse e lanço um pedido de desculpa por causa disso, foi um erro de construção semântica e de Português, naturalmente que nunca quis dizer, de maneira alguma, que algum dos senhores estivesse a ganhar dinheiro com isso. O que eu quis dizer é que tendo toda a política ambiental que o Município de Lousada tem e eu já disse mais do que uma vez que concordo e esse é o caminho não queria que agora puséssemos em causa um trabalho que foi feito, era o que mais faltava estragarmos tudo com uma permissão, seja por omissão seja por ação.”-----

II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. ORGÃOS AUTÁRQUICOS

2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS

2.1. Instrumentos de Gestão

2.1.1. Relatório de desempenho das unidades orgânicas, que dependem diretamente de membros do Órgão Executivo - Ano de 2019 - Ratificação da avaliação atribuída.-----

Deliberou Órgão Executivo, por unanimidade, homologar as avaliações dos trabalhadores referidos, termos propostos, tendo subjacentes os relatórios apresentados.-----

2.2. Zona Industrial de Lustosa

2.2.1. Informação nº. 5896/20 - SOMACORDENADAS, LDª., solicita um período de carência não inferior a 90 dias, para cumprimento das suas obrigações emergentes de contrato promessa de compra e venda referentes ao lote 13, para que possa ultrapassar as condicionantes decorrentes do momento de crise.-----

Analisado o pedido em destaque e atentos os fundamentos invocados, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar o período de carência, não inferior a 90 dias, face à situação provocada pelo COVID 19.-----

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

3.1. Resumo diário de tesouraria

A Câmara tomou conhecimento do resumo diário da tesouraria referente ao dia trinta de abril em curso que totaliza um saldo de três milhões duzentos e noventa e nove mil oitocentos e quinze euros e catorze cêntimos. -----

3.2. Informação n.º 6053/2020 – 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, Despesa e Plano Plurianual de Investimentos.-----

Analisada a informação em destaque, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a alteração modificativa do saldo da gerência anterior, acompanhada do mapa dos fluxos de caixa e dos elementos que constam na nota informativa da DGAL respeitante à integração do saldo de execução orçamental como definido no art.º 129.º da Lei 2/2020 que aprova o Orçamento de Estado para 2020 e remetê-la a aprovação ao Órgão Deliberativo.-----

4. DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

4.1. Informação n.º 179/DOMA/20 - "Construção do Centro de Saúde de Lousada – Unidade de Saúde de Lustosa – concurso Público" – *Aprovação da realização da vistoria para liberação parcial da caução e da respetiva comissão.*-----

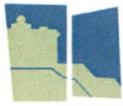
Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a informação em destaque.-----

4.2. Informação n.º 5593/20 – "Requalificação da Rua 1.º de Maio e da Av. da Liberdade – 1.ª Fase – Concurso Público" – *Aprovação do relatório do gestor do contrato e da fiscalização; Aprovação da proposta de alteração ao projeto de execução.*-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a informação em destaque.-----

4.3. Informação n.º 5740/20 – "VilarIntegra – Requalificação integrada da Mata de Vilar: da fruição à sustentabilidade – Concurso Público" – *Aprovação da prorrogação do prazo de execução da obra por 60 dias a título legal e por 30 dias a título gracioso.*-----

Deliberou o Órgão Executivo por unanimidade ratificar o despacho do Sr. Presidente datado de 23 de abril do corrente ano, que aprovou a prorrogação do prazo de execução da obra por 60 dias a título legal e 30 dias a título



gracioso, usando da faculdade que lhe é cometida pelo n.º 3 do art.º 35.º Da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

4.4. Informação n.º 5914/20 – “Beneficiação da Rua Sra. do Carmo e da Rua da Trovoada em Vilar do Torno e Alentém – Concurso Público” – Aprovação da adjudicação da empreitada à firma “Restradas – Revitalização de Estradas do Norte, Lda”, pelo valor de 317.306,96 € + IVA; Aprovação da minuta do contrato a celebrar.-----

Analisada a informação deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade aprová-la nos termos redigidos.-----

4.5. Informação n.º 5922/20 - “Construção de cobertos nos centros escolares de Figueiras e Lustosa – Concurso Público” – Aprovação da adjudicação da empreitada à firma “Inovplena, Construções, Lda”, pelo valor de 149.951,73 € + IVA; Aprovação da minuta do contrato a celebrar.-----

Analisada a informação deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-la nos termos redigidos.-----

4.6. Informação n.º 8850/19 – “Construção de arruamento de ligação da EN 207 à Rua Joaquim Burmester, Cristelos” – Protocolo de acordo de cedência gratuita de terreno celebrado entre o Município de Lousada e Francisca Teresa Peixoto Correia Barbosa Duarte – Aprovação do pagamento do valor de 2.522,25 € relativo à diferença do IVA.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar o protocolo nos termos da informação em destaque.-----

4.7. Alteração/revogação da Postura de Conservação de Parques, Jardins e Zonas Verdes em vigor no Município de Lousada.-----

Analisada a proposta do Exmo. Sr. Vereador Dr. Manuel Nunes, que por extensa se dá como reproduzida por apenso à pasta de apoio ao livro de atas, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-la nos termos referidos.

5. DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, PATRIMÓNIO, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

5.1. - NIPG. n.º 3084/20 – Verba para a emissão de vales municipais para reparações informáticas.-----

Deliberou o Órgão Executivo por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente datado de 20 de abril do corrente ano, que aprovou a disponibilização da verba para a emissão de 120 vales no valor de 30,00€/unidade, acrescidos do valor do IVA, usando da faculdade que lhe é cometida pelo n.º 3 do art.º 35.º Da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

5.2. - NIPG nº. 18450/20 - Cessação do contrato de comodato estabelecido entre o este Município e a Artestórias - Cooperativa de Artes e ofícios de Lousada, CRL.-----

Analisada a informação em destaque, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, cessar o contrato de comodato celebrado ente o Município de Lousada e a ARTESTÓRIAS, CRL, a 20/09/2016, nos termos da cláusula 5ª. do contrato referido contrato, contanto que não está a ser cumprida integralmente a cláusula 3ª. do contrato referido.-----

E nada mais havendo a tratar, foi deliberado encerrar a reunião quando eram dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata e eu

Vânia Gabriela Esteves da Silva

a redigi e assino. -----

João Mucam
Vânia Esteves